

A EDUCAÇÃO DE JOVENS NO GOVERNO LULA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJovem NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
Swamy de Paula Lima Soares – UFPB

1. Introdução

A partir do ano de 2005 o governo Luis Inácio Lula da Silva, lançou uma série de ações articuladas visando o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude; dentre elas destacamos a criação do Conjuve – Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Vale ressaltar que desde meados dos anos de 1980, as políticas públicas para a juventude têm aparecido de forma mais sistemática nas ações do Estado brasileiro, especialmente após o período de redemocratização em que passou o país; ações como a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e o aparecimento da temática “jovem” em diversos programas sociais nos anos de 90 do século passado, apontam cada vez mais a juventude como uma “questão social”, tal qual sugere a conceituação do sociólogo Robert Castel (1998) ¹.

Como falamos anteriormente, a década de 1990 pode ser considerada uma espécie de marco no aparecimento cada vez mais constante do jovem como objeto de políticas públicas de diversos ministérios²; contudo, podemos afirmar que essas ações apresentavam uma característica em comum: uma alta desarticulação (muitas vezes intra e entre ministérios) e uma fraca institucionalização³. Segundo levantamento realizado por Sposito e Carrano entre os meses de dezembro de 2002 e janeiro de 2003, foram identificados “30 programas/projetos governamentais, incidindo com maior ou menor focalização nas faixas etárias comumente consideradas como jovens (...) e três ações não governamentais de abrangência nacional (2003, p.22). Ao assumir a gestão federal em 2003, o governo Lula tinha, pois, dois grandes desafios: articular as ações do Estado na construção de uma sólida política para a juventude brasileira e criar mecanismos

¹ Para Castel “A questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência” (1998, p. 30).

² Aqui, evidentemente, restringimo-nos às ações do governo federal. Contudo, ressaltamos que o debate e as ações políticas no que se refere à juventude passam também por outras esferas e níveis do poder público. Sobre o papel dos municípios na efetivação de políticas públicas para a juventude ver Sposito; Silva & Souza, 2006.

³ No Brasil a institucionalização de políticas para a juventude ainda é incipiente. No caso de outros países sul-americanos temos um maior avanço na incorporação institucional (no âmbito principalmente do legislativo e do executivo) de ações em relação à juventude, como no caso do Chile.

institucionais de consolidação dessa política. O desenvolvimento das três ações citadas no início do texto procurou ser uma resposta deste governo ao desafio apresentado.

O ProJovem, portanto, acabou sendo uma espécie de carro-chefe das ações do governo federal para a juventude pobre, sendo implantado em caráter experimental no ano de 2005 em todas as capitais brasileiras e, posteriormente, nas cidades com mais de 200.000 habitantes. O foco do programa era um público, ou seja, “uma juventude”⁴ concentrada nos ambientes urbanos, sem vínculo formal de trabalho e com baixa escolarização. Neste sentido, os objetivos do ProJovem eram o de aumentar a escolarização de seus participantes, com a conclusão do ensino fundamental, iniciar o jovem ao “mundo do trabalho”, através da qualificação profissional, e aumentar seu vínculo com ações de cidadania em sua comunidade, pela via da construção de um projeto de ação comunitária. Os objetivos deveriam ser cumpridos no prazo de doze meses (ininterruptos), em um espaço específico (o núcleo do ProJovem) e com professores especificamente contratados pelo programa. Soma-se a isso o fato do recebimento de uma bolsa mensal de R\$ 100, 00, equivalente no ano de 2005, a um terço do salário mínimo. A breve descrição do programa revela, de certa maneira, os seus objetivos ambiciosos. Em novembro de 2006, a meta do ProJovem era alcançar cerca de 191.500 jovens na faixa etária de 18 a 24 anos com quatro a seis anos de estudo.

As metas e a estrutura do ProJovem representaram, em certa medida, uma intenção do governo Lula em fazer do programa uma espécie de marco (ou marca) de sua política para a juventude, representando um “novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades (2006, p. 5). O fato de se ter criado uma estrutura dentro do Estado para dar conta do programa demonstra algumas dessas intenções. O mesmo é coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, diretamente vinculada à Presidência da República, a partir de um grupo de trabalho interministerial que envolve o Ministério da Educação, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social.

⁴ Ao empregarmos o termo “uma juventude” assumimos a perspectiva difundida na literatura da dimensão plural do termo “juventude”. Tal dimensão se expressa na recusa em defini-la tão somente a partir de marcos etários ou, ainda, como uma mera fase de transição. Há de se destacar, como afirma Bourdieu (1983), que as culturas estabelecem marcos que definem o percurso e o papel das pessoas em uma certa estrutura social. Em outras palavras, as dimensões históricas e sociais contribuem para uma diversidade de “juventudes” ao compararmos períodos históricos distintos, por exemplo. Da mesma forma, as configurações de classe, gênero, etnia, dentre outras, contribuem para experiências diversas sobre o “ser jovem” dentro de um mesmo espaço social.

Desenvolvido inicialmente nas 27 capitais, foi ampliado para as cidades com mais de 200.000 habitantes e reformulado no ano de 2008, com ampla divulgação midiática⁵. Neste sentido, passados os anos da fase experimental do programa, diversos estudos tem procurado discutir as suas possíveis repercussões para a juventude público-alvo. Este texto procura contribuir com o debate a partir de um estudo de caso realizado no município de João Pessoa, onde as atividades do ProJovem iniciaram no ano de 2006⁶ e foram concluídas em outubro de 2008⁷.

Para o desenvolvimento de nossos objetivos, em um primeiro momento, apresentaremos algumas características gerais do ProJovem no município, de modo a contextualizar sua implantação. Ainda que o programa seja uma ação política de caráter nacional, nossas primeiras hipóteses desenvolvidas no ano de 2007 eram de que certas configurações locais poderiam contribuir de forma incisiva para o sucesso (ou não) do ProJovem em relação aos seus objetivos. No segundo momento do texto, procuraremos apresentar as fontes dos dados que subsidiaram nossas análises: dados de matrícula e conclusão de duas turmas do ProJovem em João Pessoa e dados nacionais do programa, sistematizados em um relatório parcial do ano de 2007. Nosso principal intuito é o de, ao longo do texto, caracterizar os jovens do programa no município em relação ao perfil nacional, de modo a levantar certas pistas sobre sua implantação em João Pessoa. Por fim, apresentaremos algumas conclusões parciais que, em certa medida, apontam desafios presentes na construção de políticas públicas para jovens, com alvo central nos processos educativo-formativos.

2. Breve caracterização do Programa

⁵ Destacamos o “novo formato” do ProJovem lançado no ano de 2008, denominado de ProJovem integrado. Na verdade, houve, por parte do governo federal, uma série de reorientações de suas políticas públicas para juventude. O ProJovem integrado compreende quatro modalidades: ProJovem Adolescente (reestruturação do Programa Agente Jovem, destinado a jovens de 15 a 17 anos); ProJovem Urbano (reformulação do ProJovem experimental); ProJovem Campo (reorganiza o Programa Saberes da Terra) e ProJovem Trabalhador (que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola da Fábrica). Fonte: <http://www.ProJovemurbano.gov.br>

⁶ A primeira turma do ProJovem iniciou suas atividades em janeiro de 2006; entretanto, todo o processo de matrículas, contratação e formação de professores e organização dos núcleos se deu ao longo de 2005.

⁷ Ou seja, tratamos neste texto da fase experimental do Programa, não incluindo observações sobre o seu formato posterior, o ProJovem urbano, que iniciou suas atividades no município de João Pessoa no ano de 2009. Ressaltamos, entretanto, que apesar das diferenças encontradas entre a primeira e a segunda fase do ProJovem (como no caso do aumento da faixa etária dos jovens público-alvo do programa e o acréscimo de mais seis meses de curso), seus objetivos continuam praticamente os mesmos, ou seja, aumento da escolarização, iniciação ao mundo do trabalho e participação cidadã.

Como ressaltamos na seção anterior, o ProJovem nasce no governo Lula como uma das três principais ações no que se refere à gestão das políticas de juventude. Citando a Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, destacamos que o ProJovem apresentou-se como um programa de caráter experimental, cujas finalidades e objetivos eram o de:

proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre: a) elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; b) qualificação com certificação de formação inicial e c) desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Como objetivos específicos, são mencionados: a) a re-inserção do jovem na escola; b) a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; c) a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e d) a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação (BRASIL, 2005, p.13).

A proposta “inovadora” do programa subsidiou a formulação tanto do projeto pedagógico quanto da sua estrutura de implantação. No que se refere à segunda questão, o programa funcionou em um sistema de co-responsabilidade entre a esfera federal e municipal. Cada turma de alunos deveria comportar no máximo trinta estudantes. O conjunto de cinco turmas formaria um núcleo (cujo espaço de funcionamento seria de responsabilidade da gestão municipal). Ainda dentro da estrutura do ProJovem, o conjunto de até 08 núcleos formaria uma “Estação da Juventude”, que deveria ser um “um local de encontro, busca de informação e orientação, estudo, servindo, ainda, para o desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, entre outras ações que favoreçam seu processo formativo, expressão cultural e participação cidadã” (BRASIL, 2005, p. 29).

A estrutura curricular do ProJovem procurou, segundo seu projeto pedagógico, articular os componentes curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Informática, Ação Comunitária, e Qualificação para o Trabalho) com unidades temáticas, conforme explicita o documento:

Unidade Formativa I: Juventude e Cidade
A juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Re-posicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social. *Unidade Formativa II: Juventude e Trabalho*
O Mundo do Trabalho, as transformações pelas quais vem passando na sociedade contemporânea e as práticas de inserção dos jovens no

trabalho. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola. *Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação* Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação. *Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania* Diferenças sócio-culturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Reposicionamento diante das dinâmicas (BRASIL, 2005, p. 16)

Em João Pessoa, as primeiras turmas do programa iniciaram suas atividades em janeiro de 2006. Destacamos que a capital do Estado da Paraíba é, desde o ano de 2005, governada por uma coalizão política de centro-esquerda liderada pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB. A atual diretriz de governo é pautada no discurso da participação popular e inclusão social, temáticas que ganharam relevância nas últimas eleições com a vitória do atual prefeito ainda no primeiro turno.

Ainda nesse panorama, a atual gestão começou a colocar em pauta o projeto de construção de um desenvolvimento local diferenciado, balizado pela defesa de maior qualidade de vida dos pessoenses, participação cidadã e defesa de direitos sociais, econômicos e ambientais, objetivando integrar tais princípios às propostas de políticas públicas geridas pelo município. Nossas análises têm apontado a existência de uma complexa relação entre o ProJovem, gestado na ação federal, e as gestões locais. Na verdade, percebe-se que o componente de comprometimento da gestão municipal diante do programa (incluindo o direcionamento político das gestões municipais – alinhadas ou não com as diretrizes políticas do governo federal) influencia diretamente na dinâmica do mesmo. Ainda que o nosso foco analítico não seja o aprofundando das relações federativas expressas no ProJovem, sem dúvida esse movimento apresenta-se como um objeto interessante de investigações futuras.

3. Fonte dos dados

Os dados que deram subsídios às nossas análises do ProJovem em João Pessoa foram disponibilizados pelo CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – instituição responsável pela sistematização das informações coletadas através do subsistema de monitoramento e avaliação. Ressaltamos que nos concentramos basicamente nos dados de matrícula do programa referente à primeira turma, iniciada em janeiro de 2006 e concluída em fevereiro de 2007, e a última, cujas

atividades foram iniciadas em setembro de 2007 e concluídas em outubro de 2008. O referido banco de dados trás um panorama geral do perfil de entrada e, especialmente no que se refere à turma de 2006, do perfil de conclusão dos jovens; explicando melhor, o banco de dados da primeira turma fora sistematizado no ano de 2007 apresentando, assim, a situação de conclusão ou não do curso por parte dos jovens matriculados. No banco de dados referentes à terceira turma, não temos um perfil de conclusão ou não dos alunos. No momento da sistematização dos referidos dados, os estudantes encontravam-se ainda matriculados no curso, não possibilitando, assim, avaliar suas situações de término ou não do mesmo. Entretanto, os dados da terceira turma permitem uma comparação entre o perfil de entrada e a situação de permanência da turma no momento da coleta de dados, o que, de forma geral, contribui para uma visão mais ampliada do movimento do programa no município.

A outra fonte de dados que subsidiou nossas análises foram os relatórios de avaliação do ProJovem que, grosso modo, apresentam perfis de entrada e saída dos participantes no âmbito nacional. Esses relatórios contêm ainda informações mais detalhadas sobre a situação de renda familiar dos estudantes, expectativas dos mesmos em relação ao curso, dados sobre situação de trabalho/emprego, assiduidade, etc. Ressaltamos que, dada a delimitação de nossa apresentação, muitas dessas informações não serão tratadas no presente texto. Neste sentido, fizemos algumas escolhas metodológicas que privilegiaram a análise de alguns elementos que, de certo modo, serviram como eixos centrais no tratamento dos dados.

Um dos elementos centrais de orientação da análise é a questão de gênero, ou seja, a diversidade de experiências que podem ocorrer a partir da condição de ser homem ou ser mulher no ProJovem. Tanto os dados nacionais quanto os locais podem ser explorados no sentido de se estabelecer cruzamentos/relações entre a condição de gênero e aspectos econômicos como, por exemplo, a situação de ser ou não chefe de família. Como veremos adiante, o grande percentual de jovens que afirmam ter filhos corresponde ao sexo feminino. Essas informações podem contribuir para traçarmos perfis de como esses jovens tem se relacionado com elementos da transição para a vida adulta, que tradicionalmente foram firmados na sociedade (ser ou não chefe de família, ter ou não filhos, etc). Da mesma forma, tais análises podem estimular outras pesquisas, especialmente com egressos, para investigar em que medida programas como o ProJovem tem repercutido na vida dos jovens usuários, sejam eles homens ou mulheres,

e a natureza dessas repercussões (especialmente na questão do mundo do trabalho, um dos três grandes objetivos do programa).

4. Dados do ProJovem: João Pessoa e Brasil

Os dados apresentados correspondem às duas maiores entradas (matrículas) de jovens no programa no município de João Pessoa, ou seja, a primeira e terceira turma. Em janeiro de 2006, segundo o subsistema de monitoramento do programa, cerca de 2.174 matrículas foram efetuadas. A conclusão das atividades da primeira turma se deu em fevereiro do ano posterior. A terceira turma do ProJovem contou com 2.767 matrículas (contra 1.925 da segunda turma), iniciando suas atividades em setembro de 2007 e concluindo em outubro de 2008⁸. Destacamos mais uma vez que, para efeito de esclarecimento em relação ao banco de dados consultados, em 2006 tínhamos a informação de quem havia concluído o curso, o que nos permite analisar de forma mais segura a relação entre, por exemplo, o perfil de entrada e de saída do jovem no programa. Os dados referentes à terceira turma não informam se os alunos concluíram ou não o curso, mas basicamente sua situação no momento da coleta de dados (setembro de 2008). Outra explicação é que o relatório nacional consultado (referente ao ano de 2007) é cumulativo, ou seja, apresenta dados nacionais concluídos ao longo dos anos anteriores (2005 e 2006) e informações exclusivas do ano de 2007. Esclarecemos, entretanto, que mesmo com a diversidade de origem dos dados apresentados, estes indicam com certa clareza o perfil de entrada dos jovens participantes e, em certa medida, contribuem para que entendamos elementos de suas trajetórias até a conclusão do curso, tanto em nível nacional quanto local. Decerto, seriam necessários estudos complementares, principalmente com egressos do programa, no sentido de identificar com maior clareza as possíveis repercussões do ProJovem na trajetória de vida de seus

⁸ Nota-se, pois, que houve um decréscimo de matrículas da segunda turma do ProJovem em relação à primeira (1.925 contra 2.174, respectivamente) e uma recuperação na terceira turma (2.767 matrículas). Duas hipóteses explicariam esse movimento. A primeira diz respeito à própria acomodação do ProJovem no município, com a concretização dos núcleos (e o fechamento de alguns) que inicialmente foram montados em João Pessoa. Vale ressaltar que os núcleos do programa funcionavam, em sua grande maioria, em escolas municipais. Algumas delas tiveram excedentes de jovens e outras, praticamente, fecharam ou foram relocadas por falta de alunos (especialmente em virtude do grande número de evasão). Tal processo, provavelmente, ilumina as reflexões sobre a diminuição de matrículas do primeiro para o segundo ano. No que se refere ao aumento na terceira e última turma do ProJovem, há de se destacar o grande apelo midiático nesta fase do programa. A exposição na mídia, o trabalho de mobilização de matrículas efetuado pela coordenação municipal e a própria consolidação do programa são elementos importantes que provavelmente explicam a variação para cima do número de matriculados.

participantes, levando em consideração, evidentemente, um tempo entre a realização da pesquisa e o término do curso por parte dos concluintes.

Um dos primeiros pontos a se comentar, analisando o perfil de entrada dos jovens tanto em João Pessoa quanto no cenário nacional, é a expressiva participação das mulheres. Se, como relatam os documentos oficiais que instituíram as diretrizes do ProJovem, o programa destina-se a uma parcela significativa da população brasileira que, historicamente, se viu desprovida de bens sociais (situação de exclusão social), percebemos que na questão de gênero podemos identificar alguns elementos que diferenciam a “natureza” da exclusão; em outras palavras, há diferenças significativas entre ser uma mulher com quatro a sete anos de estudo, que mora em um ambiente urbano e sem emprego formal, e entre ser um homem com essas mesmas características. Dados nacionais apontam uma maior matrícula de mulheres no ProJovem (56,4% contra 43,6% de homens), sendo em sua maioria maiores de 21 anos. Em outras palavras, se tomamos os dados nacionais de jovens freqüentes segundo sexo e idade, há uma maior participação de jovens homens nas duas idades iniciais do programa (18 e 19 anos). A partir dos 21 anos, a tendência verificada é de crescimento de participação de algumas mulheres, tendência que se torna predominantes até a idade limites do programa (24 anos). Os dados apontam, neste sentido, que a demanda pelos serviços do ProJovem se relacionam, ao falarmos de estudantes do sexo feminino, com mulheres que tiveram seu ciclo de estudos interrompido e que em sua maioria foram retomados após os 21 anos. Provavelmente, ao perguntarmos a relevância desses dados para entendermos as fases de transição juvenil para a fase adulta, identificamos na questão dos filhos um elemento central. Em nível nacional, para aqueles que declararam terem filhos no momento em que cursavam o ProJovem, 71,9% são mulheres e 24,8% são homens. A tendência é invertida segundo aqueles que declararam não terem filhos. Destes, 75,2% são homens e 28,1% são mulheres.

Em João Pessoa, encontramos perfis parecidos dos apresentados em nível nacional, com pequenas diferenças. Referimo-nos ao fato de que na primeira turma do ProJovem havia uma predominância do sexo masculino, tendência que foi revertida na terceira turma, acompanhando o panorama nacional. Em 2006, 45,8% dos matriculados eram mulheres e 54,2% eram homens. No segundo semestre de 2007, momento de entrada da terceira turma do programa, 51% das matrículas eram de estudantes mulheres e 49% de homens. No que se refere a ter ou não filhos, o perfil é praticamente idêntico ao panorama nacional. Na primeira turma da capital paraibana, dos que afirmavam

terem filhos, 72% são mulheres e 28% homens; na terceira turma, dos que afirmavam terem filhos, 74% eram mulheres e 24% homens.

Os dados de matrícula nos remetem a duas questões importantes, tendo como referencia questões de gênero, idade e condição familiar (ter ou não filhos). A primeira diz respeito à investigação de como esses jovens tem experimentado sua inserção no mundo adulto, ou seja, como tem se dado os processos de transição para o mundo adulto para essa parcela da população. Grosso modo, observamos que a questão de ter ou não filhos impacta de forma mais direta nas mulheres do que nos homens o que, neste sentido, aponta possíveis relações entre condição familiar e social, abandono de processos de escolarização e colocação diferenciada no mercado de trabalho⁹. Sobre o mercado de trabalho, desenvolvemos o segundo ponto de reflexão. Evidentemente, as diferenças ora apresentadas revelam perfis diferenciados nas experiências com o mundo do trabalho dos jovens ingressantes no programa; em outras palavras, ser homem ou ser mulher, dando como exemplo apenas essa variável, é um dos fatores a serem observados nas experiências com o trabalho de quem chega ao ProJovem e de quem sai do programa. Como ressaltamos anteriormente, seriam necessários estudos com egressos para se analisar com maior precisão em que medida suas ações impactaram positivamente (ou não) na inserção ao mundo do trabalho das mulheres e dos homens concluintes. Entretanto, ainda que não tenhamos esses dados disponíveis, já é possível analisar no perfil de entrada alguns elementos esclarecedores. Conforme, explica o relatório parcial do programa no ano de 2007:

A desocupação também afeta os jovens de forma diferenciada: à medida que aumenta o tempo de desemprego, maior é a proporção de jovens do sexo feminino nessa condição. Além disso, há mais jovens do sexo feminino (21,6%), comparativamente ao sexo masculino (19,9%) que nunca trabalharam antes (BRASIL, 2008, p. 34).

Contudo, se podemos observar elementos que dificultam os processos de escolarização e entrada no mundo do trabalho por parte das mulheres, tanto os dados nacionais quanto os dados locais demonstram que, quando comparados os perfis de entrada e saída, elas estão em maioria no que se refere ao término do curso. No plano nacional, as mulheres foram responsáveis, até o ano de 2007, por 56,4% das matrículas

⁹ Em relação aos filhos, outra tendência apontada no relatório nacional é a correlação entre anos de estudos. Neste sentido, quanto maior a escolaridade menor a possibilidade de se ter ou não filhos o que, mesmo fazendo uma análise não tão sofisticada, sugere que esse fator se relaciona diretamente com afastamento da escola, especialmente no caso das mulheres (BRASIL, 2008)

e 59% das conclusões do ProJovem; os homens representaram 43,6% e 41% respectivamente. Em João Pessoa, mesmo com uma diferença em relação aos dados nacionais (maior entrada de homens), temos uma inversão de porcentagem quando comparamos o quadro de alunos concluintes: 50,3% dos concluintes desta turma eram mulheres (que representaram 45,8% das matrículas) e 49,7% de homens (que representavam, inicialmente, 54,2% das matrículas).

Isso posto, os fatores que incidem para a não conclusão do curso (dentre eles a evasão e o não cumprimento das exigências mínimas do programa) são mais recorrentes nos homens do que nas mulheres, provavelmente por situações ligadas ao mercado de trabalho (grande causa das evasões segundo os dados nacionais). Não se deve deixar de registrar que a média de anos de estudos das mulheres tem crescido significativamente em comparação com os homens, independentemente da forma com que se tem chegado a esses anos de estudos (incluindo a seriação regular, por exemplo). As conseqüências dessas mudanças para o mercado do trabalho têm sido objeto de reflexão de diversos trabalhos que analisam a relação entre escola e trabalho sob o recorte de gênero. De qualquer modo, em se tratando dos alunos que buscaram o ProJovem com o objetivo de escolarização, a presença de uma maioria de mulheres tanto na entrada (nacional) quanto na saída (nacional e local), aparece como elemento que problematiza em que medida as ações ligadas, por exemplo, à qualificação profissional oferecida pelo ProJovem tem repercutido para a vida dos jovens e das jovens que concluíram o curso.

Outro fator a ser observado, analisando o perfil de entrada dos jovens no quadro nacional, é a distribuição de estudantes em relação à cor. Dados do sistema de monitoramento apontam que, em nível nacional, 23% dos estudantes se auto declararam brancos, 22% negros, 48% pardos 4% e 3% amarelos e indígenas respectivamente. Em João Pessoa, na primeira turma do ProJovem, a distribuição de alunos segundo esse critério se aproximava do cenário nacional, sendo 23,5 brancos, 10% negros, 66% pardos e 0,5% amarela. Na terceira turma a tendência se confirma, ainda que tenha aumentado o número de estudantes que não responderam a esse quesito no questionário de matrícula. Analisando a situação dos ingressantes levando em consideração à cor, os dados nacionais apresentam maiores possibilidades de explicações, na medida em que há nessas sistematizações um cruzamento, por exemplo, entre dados de cor e de ocupação/trabalho. Outra vantagem dos dados nacionais é a possibilidade de se vislumbrar diferenças regionais quando apresentadas essas categorias de análise. Portanto, segundo a análise apresentada no relatório em tela:

Os pardos (13,6%) e os negros (13,2%) representam, proporcionalmente, a maioria da população de desocupados há cinco anos ou mais, enquanto os jovens brancos (24,6%) são a maioria dentre a população daqueles que nunca trabalharam antes. As diferenças tornam-se ainda mais contundentes quando são analisadas as condições de ocupação, referentes ao trabalho remunerado que tiveram por mais tempo em 2005. Mesmo levando em consideração o fato de que a faixa de variação salarial na qual os jovens do ProJovem se inserem é muito baixa, é possível observar diferenças significativas entre homens e mulheres, brancos, negros e pardos, e também entre regiões (BRASIL, 2008, p. 35-36).

Algo importante a ser destacado é a relação que o jovem tem com sua família, especialmente no que se refere ao papel que o mesmo cumpre tanto em relação aos aspectos econômicos quanto aos papéis sociais estabelecidos no núcleo familiar. Em João Pessoa, tendo como referência a turma de 2006, apenas 16,6% dos matriculados se intitulavam chefes de família, ou seja, principais agentes econômicos responsáveis pelo chamado “sustento da casa”¹⁰. Desses, 46% eram homens e 54% mulheres. O fato de termos 83,4% dos matriculados respondendo que não são os chefes de família confirma uma tendência analisada por pesquisadores na área de juventude ligada às formas de “transição para a vida adulta”. De certo modo, cada vez mais os jovens têm retardado a entrada no mundo adulto pela “independência financeira”, forma amplamente consagrada no último século como marco na transição entre o ser jovem e o ser adulto. Neste sentido, a saída da casa dos pais, por exemplo, definida como o processo de independência financeira ou geração de uma outra família (principalmente família com filhos) já não é um elemento tão “estável” para se analisar a condição juvenil dos participantes do programa, ou ainda, para se analisar as fases de transição que caracterizariam a juventude em relação à vida adulta¹¹.

Isso não significa dizer que, ao não serem considerados chefes de família, esses jovens estejam desprovidos de responsabilidades, inclusive econômicas, com os seus familiares, pelo contrário. Dados nacionais indicam que 21,9% dos jovens entrevistados apontavam como maior motivação para o trabalho “sustentar a casa, filhos e outras pessoas”, o que denota a necessidade e a importância desses sujeitos no que se refere à

¹⁰ Esse número permaneceu estável na terceira turma, ou seja, 16%.

¹¹ Gostaríamos de esclarecer, contudo, que a idéia de transição não pode ser descartada plenamente das discussões sobre juventude, pelo contrário. O seu problema, entretanto, é definir a juventude por aquilo que ela não é e não por aquilo que ela é. Neste sentido, precisaríamos de outros elementos conceituais que pudessem esclarecer quais as características da juventude e quais caminhos de análise poderíamos desenvolver para compreendê-la à luz das transformações sociais contemporâneas.

dimensão econômica de suas famílias. Contudo, o interessante é de que, ainda nessa entrevista, 21,4% dos jovens brasileiros apontavam o fato de “serem independentes” como principal motivação para o trabalho e 17% “ter dinheiro para gastos pessoais”¹². Comparando os dados nacionais com o perfil dos estudantes de João Pessoa, podemos inferir que a condição juvenil desses jovens é muito mais plural do que aparentemente apresentam. Isso considerando o fato de que, apesar de pertencerem a um grupo social ligado a um perfil de exclusão, a sua grande maioria não é chefe de família e boa parte (cerca de 38,4%) deseja ser “independente”, por tanto, ter dinheiro para viver sua própria condição de jovem. Talvez essas questões afastem rotulações que, geralmente, tendem a se apresentar para jovens adequados ao perfil do programa, ou seja, jovens ligados a um perfil de exclusão social. As pistas ora apresentadas nos conduzem a observar essa juventude a partir de sua condição de pluralidade, inclusive, no que se refere aos seus objetivos com o mundo do trabalho.

5. Concluindo: elementos para investigação de jovens pobres a partir das pluralidades

Os elementos ora apresentados se tornam relevantes especialmente ao analisarmos a condição juvenil e as relações com a transição para a vida adulta de jovens pobres, geralmente alvo das preocupações governamentais no que se refere à implementação de políticas públicas, como no caso do ProJovem. Em outras palavras, talvez mais do que em outros segmentos sociais, esses jovens são alvo de uma intensa representação por parte da sociedade, representação essa que se materializa, inclusive, na ação do Estado pela via de políticas públicas. Certos conceitos ligados ao risco, à vulnerabilidade e, principalmente, à marginalidade dos jovens pobres são frutos da própria interpretação dada pela sociedade frente aos mesmos; da mesma forma, tais representações contribuem para o reforço de posturas e conceitos que incidem

¹² A quarta motivação mais citada era a de “gostar de trabalhar” (14,7%), “adquirir experiência” (14,1%) e “garantir seu sustento” (10,9%).

diretamente sobre os próprios jovens pobres e sobre a própria visão que eles têm de si e de seus grupos¹³.

Analisando a questão por um outro prisma, Taylor (2000) afirma que a construção da identidade tem intensa relação com o outro, ou seja, vamos nos construindo a partir do que pensamos sobre nós e o mundo e a partir dos olhares do outro que, em certo sentido, acaba influenciando a visão que temos de nós mesmos. O filósofo canadense resgata a categoria hegeliana do *reconhecimento* para destacá-la no quadro moderno de lutas sociais. Ou seja, o olhar que o outro tem de mim pode levar a um falso reconhecimento, à negação da minha identidade que se constrói na relação com o mundo. Do ponto de vista dos jovens pobres, objeto central das reflexões desse texto, os olhares dos “outros” em relação a eles são, por vezes, carregados de homogeneidades e, em certa medida, rotulações. Evidentemente, a questão é bem mais complexa, mas é importante indagar em que medida as ações do Estado e da sociedade não reforçam representações que desconsideram a pluralidade de experiências juvenis encontradas nesse setor da população. Tais representações podem reforçar mais um “falso reconhecimento” (utilizando as palavras de Taylor) do que propriamente um diálogo franco com condição e a construção de identidades desses sujeitos. Neste sentido, ainda que os elementos em comum sejam importantes para se definir ações e interpretações sobre juventude das classes populares (como as questões ligadas à renda e classe social) elas por si não explicariam as inúmeras vivências e possibilidades de viver a condição de jovens dessas pessoas. Seria importante, nos dizeres de Margulis e Urresti (1998), perceber as diferenças de gênero, raça/etnia, experiências com o lugar e com os distintos processos de integração ao mundo do trabalho e escolarização, para se compreender as distintas condições juvenis e seus momentos de transição.

Para concluir, ressaltamos que as observações desenvolvidas nesse texto são, sobretudo, um desafio analítico, ou seja, questionam como perceber, do ponto de vista da pesquisa social, as nuances e diversidades de práticas sociais que envolvem grupos pertencentes a uma mesma classe social, por exemplo. O desafio é perceber as diferenças sem desconsiderar as condições em que são desenvolvidas as experiências juvenis; condições essas que estão ligadas a um mundo com mais incertezas do que diziam os nossos pais. Isso não significa assumir o discurso niilista ou de completo fim

¹³ Freitas (2005) destaca que a intensa construção social estabelecida pela mídia em relação às comunidades pobres e seus habitantes. Neste caso, “a violência aparece de forma naturalizada. Os fatos são simplesmente descritos sem grandes mediações que explicitem as causas da situação vivida pelos moradores” (p. 266).

das estruturas sociais, que, nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos, configura uma pós-modernidade celebratória. Esse discurso tende a propagar a idéia de quebra absoluta dos marcos que definiriam o que é ser adulto e o que é ser jovem. O desafio está, justamente, em analisar a diversidade de transições em um contexto social que guarda mudanças significativas de estruturas, mas ao mesmo tempo guarda um movimento de conservação das mesmas e reconfiguração. Esses elementos aparecem difusos no tecido social e devem ser percebidos, especialmente em países como o Brasil, a partir das experiências com o lugar.

No que se refere especificamente ao ProJovem, os dados apresentados apontam diversos caminhos a serem explorados para compreender as possíveis repercussões do curso nas experiências de vida juvenis. Decerto que as análises quantitativas apresentadas são insuficientes frente aos desafios de ordem qualitativa. Contudo, podemos desde já perceber que a formulação, implantação e avaliação de políticas para a juventude precisam considerar estes elementos de diversidade para, de fato, avançarmos no conceito de jovem como cidadão de direito. Em resumo, a diversidade de situações encontradas no município de João Pessoa desafia tanto a gestão municipal quanto federal, a implementarem ações que avancem na institucionalização da temática juventude na estrutura das políticas públicas. Saber em que medida o desenvolvimento de um programa como o ProJovem avança nessa linha é mais um desafio que se apresenta no campo das pesquisas em educação e juventude.

Referências

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra! *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL, República Federativa do. Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Nacional do ProJovem. *ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação Comunitária*. Texto integral. Brasília, março de 2005. Disponível em:

< http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Documentos/ProJovemf> Acesso em: 22 Jan. 2007.

BRASIL, República Federativa do. Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Nacional do ProJovem. Relatório parcial de avaliação do ProJovem 2007. Brasília, abril de 2008.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

FREITAS, Alexandre Simão. *Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana*. Um estudo sobre o papel das redes associativas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia – UFPE, Recife, 2005.

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. “La juventud és mas que una palabra”. In: MARGULIS, Mario. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes & CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. N. 24, Set/Out/Nov/Dez 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; SILVA; Hamilton de Carvalho; SOUZA, Nilson Alves. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*. V. 11 n. 32 Maio/Agosto, 2006.

TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo. Loyola, 2000.